

MOBILIDADE ESTUDANTIL COMO DINAMIZADORA DE RECURSIVIDADES NA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.12750>

Recebido em: 20/9/2021

Aceito em: 19/9/2022

Anna Ariane Araujo de Lavor¹, Jane Marcia Mazzarino²

RESUMO

A África é fortemente afetada pela mobilidade humana internacional, que tem, entre outros motivos, a busca por qualificação profissional por meio da educação. O objetivo do presente artigo é analisar a experiência da mobilidade estudantil como possibilidade de desenvolvimento humano, a partir do estudo do caso dos moçambicanos que realizam cursos de Graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Problematisa-se como a mobilidade estudantil possibilita desfrutar das liberdades propostas na Abordagem das Capacitações: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. O estudo qualitativo e descritivo está ancorado em entrevistas semiestruturadas realizadas com 19 alunos da Unilab em 2020. Os entrevistados, ao optarem pela mobilidade, acessaram uma liberdade de escolha que possibilitou outras liberdades e oportunidades, em um movimento recursivo virtuoso que se reflete não apenas na sua esfera pessoal, como também no desenvolvimento das suas regiões e país de origem. A mobilidade abriu perspectivas de crescimento econômico, social, cultural e político para os estudantes moçambicanos. Evidenciou-se que a mobilidade estudantil dinamizadora de recursividades na Abordagem das Capacitações: do Estado para a pessoa, da pessoa para o Estado e das pessoas entre si.

Palavras-chave: desenvolvimento; educação; mobilidade; liberdades; abordagem das capacitações.

STUDENT MOBILITY AS A DRIVER OF RECURSIVITIES IN THE TRAINING APPROACH

ABSTRACT

Africa is strongly affected by international human mobility, which has, among other reasons, the search for professional qualification through education. The aim of the article is to analyze the experience of student mobility as a possibility for human development, based on the case study of Mozambicans who take undergraduate courses at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusofonia (Unilab). It discusses how student mobility makes it possible to enjoy the freedoms proposed in the approach to Training: political freedom, economic facilities, social opportunities, guarantees of transparency and protective security. The qualitative and descriptive study is anchored in semi-structured interviews carried out with 19 Unilab students in 2020. Respondents, when opting for mobility, accessed a freedom of choice that allowed other freedoms and opportunities, in a virtuous recursive movement that is reflected not only in their personal sphere, as well as in the development of their regions and country of origin. Mobility opened prospects for economic, social, cultural and political growth for Mozambican students. It was evidenced that student mobility dynamizes recursions in the approach of Capabilities: from the State to the person, from the person to the State and from people to each other.

Keywords: development; education; mobility; freedoms; capabilities approach.

¹ Autora correspondente: Universidade do Vale do Taquari – Univates. Av. Avelino Talini, 171 – Universitário. Lajeado/RS, Brasil. CEP 95914-014. <http://lattes.cnpq.br/3756834196482462>. <https://orcid.org/0000-0001-5729-0270>. annaariane@hotmail.com

² Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4570485590802043>. <https://orcid.org/0000-0002-6051-5116>

INTRODUÇÃO

A África é composta por países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, muitos deles afetados fortemente pela mobilidade humana internacional, o que, de alguma forma, indica a influência da instabilidade política vivida no continente. Há também, no entanto, uma interação notável entre motivações individuais e condições globais externas. De acordo com Patrício e Peixoto (2018, p. 12), no continente africano, e especialmente em Moçambique, as atuais dinâmicas migratórias mostram que existem contextos híbridos, pois muitos países são “concomitantemente emissores, receptores e locais de trânsito, os quais podem trocar de posição ao longo do tempo em função da conjuntura interna e externa”.

Para Marchetto (2003), uma das características da migração na África é a “circulação de cérebros”, ou seja, pessoas altamente qualificadas ou em qualificação deixam seu próprio país. De acordo com o autor, um dos lugares escolhidos são os Estados Unidos, que conta com a presença de 30 mil estudantes africanos, o que representa apenas 6% do total de alunos estrangeiros naquele país, no entanto eles representam muito para a África. Se eles retornarem significarão uma riqueza para seus países de origem, enquanto se permanecerem nos Estados Unidos, são “cérebros perdidos” para a África. De acordo com o autor, “os migrantes podem ser não qualificados, semiquilificados, profissionais, mas também não autorizados. Além disso, há movimentos de nômades, refugiados e deslocados internos devido a fatores históricos, políticos, ecológicos e étnicos” (MARCHETTO, 2003). Isso faz com que o tema da mobilidade humana seja considerado um processo muito complexo na África, pois existem muitos movimentos populacionais envolvendo este continente.

De acordo com Subuhana (2009), na década de 50 do século 20 ocorreu a primeira geração de estudantes dos países africanos de língua portuguesa deslocando-se ao exterior com a finalidade de realizar a Graduação, por intermédio das missões realizadas por igrejas protestantes. Segundo o autor, no começo iam para África do Sul e para outras colônias inglesas, posteriormente passaram a escolher Portugal, França, Suíça, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, entre outros países. Essa primeira geração de imigrantes foi importante, inclusive, para os processos de independência de seus países de origem, visto que nas viagens os estudantes mantiveram contato com a esquerda europeia, com o Partido Comunista Francês e com os liberais dos Estados Unidos (SUBUHANA, 2009).³

No Brasil, o início da imigração estudantil africana ocorreu na metade da década de 60, com a chegada de 16 pessoas do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde, os quais vieram com bolsas de estudo (SOUZA *apud* VARGEM; MALOMALO, 2015). No Estado do Ceará, esta imigração demorou algumas décadas para se efetivar. Segundo Langa (2014), a chegada de estudantes africanos ao Ceará começou na segunda metade da década de 90. Naquele período deslocavam-se apenas estudantes de países africanos que falavam a língua portuguesa (primeiro grupo oriundo de Angola) para integrar-se na Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio do Programa de Estudantes Convênio – Graduação (PEC-G). Langa afirma que, a partir de 1998,

³ Em consequência deste contato, ergueram-se as principais lideranças que comandaram a luta pela independência de seus países: “Agostinho Neto (Angola), Amílcar Cabral (Cabo Verde e Guiné-Bissau), Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos (Moçambique), Miguel Trovoada (São Tomé e Príncipe), entre outros” (SUBUHANA, 2009, p. 112).

começa uma vinda significativa de guineenses e cabo-verdianos e, dois anos depois, estudantes são-tomeenses, angolanos e moçambicanos.

Esse número de imigrantes aumentou a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devido a uma política de cooperação e aproximação com a África (SILVA, 2017). Essa crescente presença de estudantes africanos no Brasil foi denominada por Langa (2015) de “diáspora africana”, inspirada nas ideias de Du Bois, Gilroy e Hall (que relatavam sobre a dispersão do povo judeu ao redor do mundo). Segundo o autor, este conceito é utilizado em referência ao deslocamento de comunidades negras e afrodescendentes, produzindo identidades moldadas em diversos lugares.

Langa (2014) afirma que a escolha pelo Brasil ocorre devido “ao maior nível de desenvolvimento econômico, tecnológico e de produção acadêmica, alimentando esperanças de facilidade de inserção por conta de uma língua e culturas em comum” (p. 104). O autor construiu o perfil do estudante africano encontrado na capital do Ceará:

A diáspora africana em Fortaleza é constituída por indivíduos entre os 18 e 35 anos de idade, oriundos do continente africano, majoritariamente do sexo masculino, predominantemente bissau-guineenses e cabo-verdianos, mas com um contingente cada vez maior de mulheres. Tal diáspora nasce do desejo de imigrar voluntário por motivos estudantis, legitimada por convênios e acordos de cooperação e, ao mesmo tempo, por discursos governamentais dos dois últimos governos brasileiros, de aproximação com “a África” (LANGA, 2014, p. 106).

Subuhana (2008) e Fonseca (2015) também destacam o idioma como uma das principais justificativas para os estudantes africanos escolherem o Brasil. Subuhana ressalta a relevância dos laços de amizade do Brasil com os Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (Palops), bem como suas especificidades históricas, sociais, econômicas, educacionais e culturais. Na pesquisa etnográfica realizada na dissertação de Mestrado com estudantes guineenses em Fortaleza-CE e Natal-RN, Có (2011) relata que eles usam o elemento linguístico também como uma estratégia de inserção na sociedade, ou seja, é utilizada para negociar seu espaço. De acordo com Subuhana (2007), outro fator relevante é econômico: muitos pais preferem enviar seus filhos para estudar no Brasil, devido aos altos custos das universidades moçambicanas ou das instituições de ensino europeias ou dos Estados Unidos.

Hoje o Ceará é um dos Estados com número mais expressivo de estudantes africanos. Atualmente possui cerca de 3.000 africanos, e 272 destes imigrantes encontram-se localizados em Redenção – CE e o restante concentra-se, principalmente, em Fortaleza-CE (Diário do Nordeste, 2015). A capital do Ceará recebe tantos bolsistas do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) para as universidades públicas, quanto estudantes de diversas faculdades particulares (Diário do Nordeste, 2014).

De acordo com Langa (2016), os estudantes africanos representam 82,3% do total de estrangeiros que entraram no Ceará de janeiro a junho de 2015. A maioria vem estudar em faculdades particulares, custeados pelos familiares e/ou por trabalhos informais em lojas, mercados, salões de beleza, oficinas ou serviços domésticos em residências, conforme o autor. A minoria estuda nas universidades federais (exemplo: Universidade Federal do Ceará, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab) ou estaduais (Universidade Estadual do Ceará e outras), custeados pelas bolsas do PEC-G e outros convênios acordados com seus países de origem. Na época da pesquisa feita por Langa (2015), o Brasil não permitia

o trabalho formal de quem possuía visto de estudante no país, o que levou os estudantes a exercerem trabalhos clandestinos. Apenas em dezembro de 2016 o Brasil passou a conceder vistos de estudo e trabalho para os estudantes internacionais de Graduação ou Pós-Graduação no país, por meio da Resolução Normativa nº 124, de 13 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016). Uma das condições para obter esta modalidade de visto é que a função estabelecida no contrato de trabalho do estudante tenha relação com o currículo do curso que está sendo realizado no Brasil, o que muitas vezes pode dificultar o acesso a este benefício. Esta resolução não se aplica ao imigrante beneficiário de bolsa de estudo que tenha como condição o não exercício de atividade remunerada.

Assim, além da preocupação de se adaptar a um novo país, estes indivíduos precisam lutar para conquistar alguma segurança econômica para sobreviver na nova realidade em que se encontram. Após a conclusão dos seus cursos, surgem inúmeras perspectivas, entre elas retornar para contribuir com o desenvolvimento de seu país de origem, a partir da sua formação.

Desta forma, o objetivo do artigo é analisar a experiência da mobilidade estudantil para promover o desenvolvimento humano conforme as dimensões da Abordagem das Capacitações, a partir do estudo do caso dos moçambicanos que realizam cursos de Graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é qualitativo e descritivo, focado na compreensão de significados e na caracterização da experiência de mobilidade estudantil dos(as) moçambicanos(as) da Unilab. A universidade possui atualmente 4.619 estudantes de Graduação, e destes apenas 45 são moçambicanos, representando o país africano com menor número de alunos na universidade. Destes, 15 (33,33%) são do gênero feminino e 30 (66,67%) do gênero masculino. Eles possuem média de idade de 23,33 anos e estão divididos nos cursos de Engenharia de Energias (13 alunos), Administração Pública (10 alunos), Agronomia (5 alunos), Enfermagem (4 alunos), Humanidades (4 alunos), Relações Internacionais (3 alunos), Sociologia (3 alunos), Ciências Biológicas (1 aluno), Engenharia da Computação (1 aluno), Pedagogia (1 aluno) (UNILAB, 2020).

Após autorização da Unilab, entrou-se em contato com o Diretório Central Estudantil da Unilab (DCE-Unilab) e com a Associação dos Estudantes Moçambicanos na Unilab (Aemoz), que divulgaram a pesquisa para todos os interessados. Foram entrevistados todos os alunos que manifestaram interesse em participar: 19 moçambicanos que estudam na Unilab (Ceará e Bahia), 3 do gênero feminino e 16 do gênero masculino, com média de 24,15 anos de idade. Todos os entrevistados se classificaram como negros(as). Entre esses entrevistados havia desde alunos do primeiro semestre na Unilab (com apenas 3 meses no Brasil, até alunos que acabaram de concluir o curso, estando há 6 anos no país), aguardando apenas os trâmites para a colação de grau. Devido às restrições de isolamento social causadas pela Covid-19, as entrevistas foram feitas por meio de videochamada na plataforma do Google Meet. Todas as entrevistas ocorreram nos meses de maio e junho de 2020.

As entrevistas foram semiestruturadas, possibilitando os meios necessários para investigar as vivências dos estudantes moçambicanos. Após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas em planilha, em seguida os resultados foram categorizados, buscando-se

atingir a compreensão dos significados por meio da análise textual. De acordo com Moraes (2007, p. 87), a análise textual de uma pesquisa qualitativa é um “processo de desconstrução, seguida de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se, a partir disso, novos entendimentos sobre fenômenos e discursos investigados”.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

A expressão desenvolvimento humano refere-se à liberdade e a aspectos qualitativos. O conceito nasce relacionado às capacidades e às oportunidades de escolhas das pessoas para que elas possam ser aquilo que desejam. O desenvolvimento difere da perspectiva do crescimento econômico, que atrela o bem-estar aos recursos ou a questões de renda. Na abordagem de desenvolvimento humano a renda é importante como um entre outros meios para o desenvolvimento, e não como um fim em si mesma. O conceito “parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2013).

Amartya Sen propõe a Abordagem das Capacitações para se pensar o desenvolvimento humano, para o que a noção de liberdade é fundamental. O autor divide as liberdades em constitutivas (ou liberdades substantivas, que são as capacidades elementares, como ter condições de evitar privações) e instrumentais (liberdade que as pessoas têm de escolhas dentro do contexto em que vivem). Ele argumenta que é parte do viver poder decidir e escolher, o que se constitui em uma liberdade essencial para o desenvolvimento humano (SEN, 2007, p. 2012).

O autor explica que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua capacidade de agência” (2007, p. 10).

Ou seja, para que aconteça o desenvolvimento é necessário que as privações de liberdades predominantes, como “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” sejam cessadas (SEN, 2007, p. 18).

O autor ressalta, no entanto, que as liberdades não são exclusivamente fins essenciais do desenvolvimento, mas também os meios principais para alcançá-lo. Sen (2007) apresenta o que considera as cinco liberdades instrumentais: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

A liberdade política inclui os direitos civis e os direitos políticos associados às democracias, o que inclui a escolha entre diferentes partidos políticos, de determinar quem deve governar e segundo quais princípios, o direito ao voto, a oportunidade de diálogo político, dissensão e crítica, entre outros, além da possibilidade de fiscalizar e criticar autoridades, da garantia de livre expressão política e de uma imprensa sem censura (SEN, 2007).

As facilidades econômicas referem-se à oportunidade de uso de recursos econômicos com o propósito de consumo, de produção e de troca, para uma vida digna.

A segurança protetora corresponde às garantias que formam uma rede de segurança social, com disposições institucionais, tais como distribuição de alimentos em tempos de crise, programas de governo voltados à geração de emprego, bolsas assistenciais, etc. A segurança

protetora é necessária para impedir que a população seja reduzida à miséria, à fome e à morte. A segurança protetora inclui “disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas *ad hoc*, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (SEN, 2007, p. 56).

Já as oportunidades sociais estão relacionadas ao acesso à educação e à saúde, à qualidade de vida, à participação em atividades econômicas e políticas.

Quanto à garantia de transparência refere-se à liberdade de comunicação entre as pessoas, de “dessegregação e clareza”, portanto está atrelada ao aspecto da confiança, o que inibe a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas.

Assim, pode-se entender que as liberdades instrumentais são diferentes tipos de direitos e oportunidades que, juntos, possibilitam a promoção do desenvolvimento humano. O funcionamento de cada liberdade contribui para que ocorram os outros tipos de liberdade, por possuírem uma ligação intrínseca.

Segundo Oliveira (2014), o funcionamento está relacionado ao que uma pessoa valoriza fazer ou ser, como atividades que compõem seu bem-estar, o que inclui estar e sentir-se saudável e bem nutrido, seguro, o acesso à educação e ao trabalho, a bens e à renda, assim como à possibilidade de deslocamento. Nesse sentido, como funcionamentos realizados entende-se aquilo que a pessoa já alcançou em relação ao seu bem-estar.

Por sua vez, a capacitação é a liberdade de desfrutar da combinação de vários funcionamentos relacionados ao ser e fazer. É o conjunto de vetores de funcionamentos que se reflete em determinado grau ou tipo de liberdade para escolher possíveis formas de viver. Diz respeito às liberdades substantivas, elementares, por referir-se à forma de vida valorizada pela pessoa, destacando-se que a liberdade da pessoa para escolher entre as diversas “vidas possíveis” constitui o “conjunto capacitório” de que dispõe, segundo Oliveira (2014, p. 33).

A pessoa assume a condição de agente quando age para produzir mudanças, desfrutando da capacidade de buscar alcançar os objetivos que valoriza, com a liberdade para realizar seus objetivos sendo conceituada como liberdade de agente. Quando se tira a liberdade do agente caracteriza-se uma situação de privação, que pode ter como causa a pobreza, a tirania, falta de oportunidades econômicas ou de acesso aos serviços públicos. Já quando a pessoa tem acesso à condição de bem-estar, goza do que se denomina como realização, a qual pode ter diferentes níveis.

Sen (2007) explica que o desenvolvimento deve ser entendido a partir da mitigação das privações, ou seja, o acesso à condição de realização na condição de agente. Nesse contexto, a privação seria aquilo que pode tirar a liberdade de escolha de uma pessoa. Para Morin (1999, p. 157) a liberdade é em si uma capacidade, “a capacidade de poder escolher e essa possibilidade pode ser interior, subjetiva ou mentalmente possível, liberdade de mente, como também ser exterior, ou seja, objetiva ou materialmente possível: liberdade de ação.”

Segundo a interpretação de Veiga (2006, p. 4), para Sen só existe desenvolvimento “quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida”. Ou seja, na Abordagem das Capacitações o desenvolvimento é a expansão das liberdades de empoderamento para suprir as necessidades e escolhas de cada indivíduo. Para tanto é necessária a

remoção das fontes de privações de liberdade preponderantes, tais como: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos Estados repressivos” (VEIGA, 2008, p. 34).

MOBILIDADE ESTUDANTIL E A RECURSIVIDADE NA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

Para Hogan (2005), a ideia de “mobilidade” é mais abrangente que “migração”, por envolver fatores que vão além da mudança permanente ou temporária de residência. Isso se justifica devido ao surgimento de novas configurações territoriais, econômicas, culturais, sociais, entre outras, que alteraram a forma de analisar os movimentos migratórios. Já Fortier (2013) nos faz pensar na migração em relação às maneiras pelas quais a “mobilidade” foi estabelecida (destacando-se aspectos específicos: institucional, legal, tecnológico, material e idealista) como uma condição ou mesmo direito universal. Os estudos de migração nos levam, assim, a reconsiderar a ideia de fluidez, acessibilidade e conveniência do mundo móvel, bem como as conjunturas sob as quais as pessoas são (ou não) “móveis”. Para a autora, a mobilidade cruza campos que são intrinsecamente interdisciplinares, envolvendo questões de cidadania, fronteiras e poder estatal, problemáticas sociais e culturais, acesso e participação social, entre outras. Salazar (2018) explica que não existe um único tipo de mobilidade, pois existem diversas modalidades, determinadas pelas diferentes motivações e relações com os lugares de onde vêm e daqueles para os quais vão ou por meio dos quais se deslocam, entre outras causas. Além disso, para o autor, a mobilidade ganha sentido por meio de sua inserção na sociedade, conforme sua cultura, política e história. Juntamente com gênero, classe, raça, etnia, idade, nacionalidade, idioma, religião, estilo de vida, deficiência e agrupamentos geopolíticos, a mobilidade tornou-se uma máquina essencial para produzir diferenças, risco, direitos e *status*, com pessoas móveis e imóveis envolvidas na construção de políticas complexas de localização e movimento (SALAZAR, 2018).

Uma das formas de mobilidade humana é determinada pela busca das pessoas por qualificação, ou seja, a migração/mobilidade estudantil. De acordo com Bassani (2014), a migração acadêmica é o deslocamento de indivíduos objetivando buscar conhecimento ou formação profissional. Segundo a autora, este tipo de migração acontece, principalmente, no nível superior, visto que é uma fase de decisão da vida profissional, bem como pelo aumento do número de cursos e universidades.

Como a mobilidade estudantil possibilita desfrutar das liberdades propostas na Abordagem das Capacitações: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora? Estas liberdades emergiram como categorias emergentes, a partir da interpretação das entrevistas com os estudantes moçambicanos em situação de mobilidade estudantil quando abordou-se aspectos relativos às suas perspectivas para quando terminarem os cursos na Unilab, e, eventualmente, retornarem ao seu país de origem.

Os planos para o futuro de 11 dos 19 entrevistados (1, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14 e 17) é fazer uma Pós-Graduação *stricto sensu*, provavelmente no Brasil, e, após a conclusão, desejam voltar para Moçambique para ajudar no desenvolvimento do país. “Da minha parte digo, através daquilo que aprendo cá, busco analisar, estudar e comparar alguns aspectos relevantes

e inerentes ao meu país, para futuramente procurar levá-los e trazer o bem-estar à sociedade moçambicana” (ENTREVISTADO 1).

A entrevistada 4 mencionou o desejo de sair do Brasil logo que terminar o curso e realizar o Mestrado em outro país, pois vir ao Brasil não teria sido uma boa experiência cultural, devido à existência de muita discriminação. Assim, apenas após o Mestrado desejaria retornar para Moçambique. Já os entrevistados 18 e 19 acreditam que logo que terminar a Graduação irão retornar para levar seus conhecimentos aqui adquiridos.

Os entrevistados 2, 10, 15 pretendem prosseguir os estudos no Brasil ou na Europa, enquanto o entrevistado 16 pretende prosseguir os estudos aqui no Brasil e depois permanecer de forma definitiva, apenas se porventura se casar com sua namorada brasileira. Já o entrevistado 8 afirmou que se obtiver um bom emprego no Brasil, aqui permanecerá, mas se não conseguir, retornará para Moçambique.

Os entrevistados observam que, em geral, os alunos internacionais ainda permanecem no Brasil, pelo menos para o Mestrado, enquanto alguns ficam definitivamente quando encontram trabalho, porém outros retornam. O entrevistado 11, que já concluiu uma primeira Graduação na Unilab, relatou que em sua primeira turma eram 47 alunos internacionais, dos quais cerca de 30 permaneceram no Brasil e estão fazendo Mestrado.

Em relação aos impactos da mobilidade estudantil no crescimento pessoal e profissional, bem como se isso teria reflexos no desenvolvimento de suas regiões/país, os entrevistados destacaram que a experiência de mobilidade acadêmica possibilita um grande aprendizado como pessoa (por adquirir experiência e maturidade ao morar longe de seus familiares) e, também, como profissionais/estudantes, pois aprendem coisas que serão um diferencial em relação ao conteúdo que aprenderiam se fossem fazer faculdade em Moçambique: “Acho que terei outra maneira de ver o mundo quando regressar” (ENTREVISTADO 6); “Hoje eu pude crescer, tanto pessoalmente como pude atingir uma maior maturidade, né, que eu acredito que não teria se estivesse em casa, do lado dos meus pais” (ENTREVISTADO 13).

Além disso, os entrevistados sempre destacam que esse aprendizado permitirá que eles possam dar sua contribuição para suas comunidades e para Moçambique, conforme alguns exemplos a seguir: “Vai trazendo desenvolvimento, na medida em que eu for pra lá e puder trabalhar e puder contribuir. É nessa forma que o país pode esperar de mim, dessa mobilidade acadêmica” (ENTREVISTADO 1); “Meu conhecimento vai ajudar no desenvolvimento do meu país” (ENTREVISTADA 4); “eu já irei com uma experiência para ajudar o meu país rumo ao desenvolvimento” (ENTREVISTADO 8). O aprendizado por meio da mobilidade estudantil possibilita qualificação avançada em relação ao país de origem.

Eu vou falar do lado positivo, né. Bom, Moçambique, o curso de enfermagem, lá não tem, como é que eu posso dizer isso? O nível superior do curso de enfermagem ainda é novo em Moçambique. Aí eu falo mais para um curso exterior, mais para especialidade em enfermagem. Lá existe uma instituição de ensino de enfermagem, porém é mais curso técnico. Aqui no Brasil já é diferente, é uma graduação mesmo. Aqui torna-se mais vantajoso porque a tecnologia em si é bem avançada. Existem aulas práticas que em Moçambique não faria e que estou a fazer aqui no Brasil. Eu falo de aparelhos, a tecnologia em si. Aqui no Brasil é bem avançado (ENTREVISTADO 12).

A formação no exterior, considerada “de nível”, significa crescimento pessoal, ganhos para a família e para a comunidade, e mais que uma oportunidade para si, é uma oportunidade principalmente para o país, segundo um dos entrevistados: “Então ao voltar para o meu país não seria um prejuízo, mas sim uma oportunidade primeiro para o meu país e depois para mim” (ENTREVISTADO 9). Esta fala dá recursividade à Abordagem das Capacitações de Sen, ao inserir a perspectiva de que ao dar liberdade e oportunidade de capacitação à sua população, um país oportuniza a si liberdade e oportunidade.

A mobilidade estudantil proporciona oportunidade social (aprender para se desenvolver, para contribuir com o desenvolvimento da família, da comunidade e do país de origem, por obter mais conhecimento em áreas pouco desenvolvidas no Moçambique, além de criar vínculos afetivos ou de trabalho), que também pode vir a proporcionar facilidade econômica (quando voltar ou se ficar por possibilidade de trabalhar no Brasil). Relacionados a estas liberdades, alguns dos entrevistados apontam elementos que dizem respeito à liberdade política e à garantia de transparência.

É o caso do entrevistado 11, que passou a ter consciência da sua vontade de contribuir com seu país durante a realização do curso de Relações Internacionais, ao estudar sobre violações dos direitos humanos e reconhecer alguns problemas em seu país que quer ajudar a resolver, quando retornar, após a finalização do curso.

Minha monografia em RI foi sobre violação de direitos humanos e eu falei sobre a inserção da Vale em Moçambique e a violação dos direitos humanos. Eu trouxe um pouco da experiência de uma comunidade lá, fiz um paralelo, e eu disse: “Talvez a melhor forma de falar disso, de ajudar agora é falar, mas futuramente é trabalhar para que isso não ocorra ou que isso venha a se reduzir”. Então eu quero, se eu conseguir e as minhas forças permitirem, né? Quero poder fazer isso mais à frente. Que eu acho que é uma forma de eu devolver, não digo dívida, dívida é uma palavra muito forte, é um compromisso, né? Um comprometimento, tenho que cumprir futuramente com todos que estão lá e que de certa forma serviu como espelho, porque da minha geração, eu fiz ensino primário, ensino médio, né? Não são todos que conseguiram, só tenho dois ou três colegas, no máximo cinco, que conseguiram fazer ensino superior. E trabalhar para que os demais não fiquem nessa, de não conseguirem, né? E mostrar que há um mundo de possibilidades aqui fora (ENTREVISTADO 11).

Alguns também já colaboram, mesmo à distância de Moçambique, com os conhecimentos que já estão adquirindo, ou sejam, constituindo-se efetivamente como imigrantes transnacionais:

Sempre contribui, contribui para mudança, qualquer coisa, na comunidade. Mesmo a distância também. Por exemplo, estamos aqui, mas estamos sempre a escrever, a comunicar nos jornais, essas coisas sobre o país, nas redes sociais estamos sempre nos debates. Somos moçambicanos. Por exemplo, falar o que acontece aqui, comparar, né. No ano passado tivemos duas tragédias naturais, né? Lá em Moçambique. Então uma organização me convidou, me pediu para fazer uma comparação, as diferenças daqui, os desafios e como responde a tragédias naturais pra passar experiência pra lá, então escrevi um texto a falar sobre as secas, como que aqui funciona (ENTREVISTADO 15).

Novamente evidencia-se uma inversão em relação às liberdades propostas por Sen, quando a mobilidade estudantil pode proporcionar transformações políticas no país, por meio dos estudantes que chamam para si o compromisso de assumir a condição de agentes

produtores de mudanças em relação aos direitos civis que garantem a liberdade política, a segurança protetora das garantias ambientais e a transparência das relações do Estado para com os cidadãos. Como agente coletivo, o estudante em mobilidade pode voltar ao país de origem e ser criador de oportunidades de realização não apenas para si, mas também para Moçambique, nas situações em que o povo vivencia silenciosamente privações, caso da violação de direitos, mesmo que não saiba, como o Entrevistado 11, que só a percebeu ao desfrutar da oportunidade social à educação com a mobilidade estudantil. E nisto explicita-se a interligação intrínseca entre as liberdades como propõe Sen. Uma liberdade possibilita o acesso a outra, e as liberdades acessadas pelos moçambicanos oportuniza a ampliação da capacitação do próprio país e vice-versa. O enfrentamento de situações de privação e o acesso à condição de bem-estar possibilitam a realização da pessoa como pessoa e de um país como nação.

A oportunidade social emergiu na experiência dos estudantes moçambicanos quando relatam que a troca de conhecimentos que eles destacam desse período no Brasil é mútua, pois aprendem, ensinam e vivenciam a tolerância com as diferenças, quando compartilham técnicas, autores e elementos de ensino que são utilizados exclusivamente em Moçambique e outros que são aplicados apenas nas universidades daqui.

Eu aprendo muito dos meus colegas, eles também aprendem muito de mim. No curso de enfermagem existem atividades aqui no Brasil que o enfermeiro não faz, mas em Moçambique faz. Então já dá para se encontrar e beber mais da experiência, isso torna-se mais amplo. Aqui existem certos fármacos que não existem em Moçambique. Em Moçambique tem fármacos que o Brasil não tem, e vice-versa, então dá para controlar o assunto e saber mais... Aqui fora há uma visão de que Moçambique é um país muito pequeno, quando não é, é um país grande. Um país bem grande, porque essas pesquisas ajudam muito, nós precisamos de mais moçambicanos para vir estudar aqui fora. São poucos os moçambicanos que vêm aqui. Por exemplo, na minha entrada só foram dois moçambicanos. É desconfortável. Mas a associação insiste em trabalhar para trazer mais moçambicanos e essas pesquisas também ajudam para expandir mais a nossa nação, né (ENTREVISTADO 12).

Nossos professores e colegas de Graduação aqui têm pouco conhecimento de autores ocidentais, diferente de mim, eu conheço muito de autores ocidentais. Então me surpreendeu muito um dia quando eu tive de explicar pra eles quem era um intelectual ocidental muito conhecido em Moçambique... me perguntaram “quem é esse?” As pessoas que fazem Graduação aqui não conhecem, não têm muito domínio de autores ocidentais, né? Mas então houve troca que me fez falar muitas coisas de Moçambique, então foi esse cruzamento aí (ENTREVISTADO 15).

Ao avaliarem a experiência de mobilidade estudantil, os entrevistados destacam que existem “altos e baixos” nas vivências diárias no processo migratório, o que lhes exigiu muito preparo psicológico para enfrentar as adversidades que surgiram. Acreditam que vale a pena todo o esforço e dedicação. Destacaram como aspectos positivos da experiência acadêmica o conteúdo que acessaram na universidade, as aulas teóricas e práticas, os eventos acadêmicos, etc. Em relação aos aspectos pessoais, criaram laços de afeto, vivenciaram situações que proporcionaram crescimento humano e conhecimento de outras culturas. Como aspectos negativos, contudo, citaram a distância dos amigos e dos familiares, mas principalmente o preconceito que não esperavam ter que lidar no Brasil.

Tudo isso tem um preço e o preço é alto. O preço está na mente. Eu acho que o impacto mais negativo dessa história toda é como a gente sai dessa formação psicologicamente. Eu acho que é isso. A gente esperar uma realidade e encontrar outra totalmente diferente, e essa totalmente diferente não melhora, vai piorando cada vez que passa, cada dia que passa vai piorando, e de maneiras diferentes. Eu acho que essa mente tá fragmentada, o que acontece é isso mesmo... fica fragmentada, trava com tanta discriminação (ENTREVISTADO 14).

Durante a entrevista, 16 dos 19 entrevistados relataram terem presenciado ou sofrido preconceito quanto à cor ou nacionalidade, conforme alguns relatos abaixo transcritos:

O preconceito, a gente passa quase sempre. As pessoas não falam, mas só no olhar a gente nota que há um certo preconceito. A gente chega num lugar e a gente sente que ali, as pessoas não falam, mas elas se sentem desconfortáveis com a nossa presença lá. Eu não ligo muito para isso, mas sempre existe (ENTREVISTADA 10).

Quando cheguei em Redenção fui considerado como um selvagem, sei lá. Pessoas perguntavam se eu morava com elefantes em casa, se tinha televisão, sabe, coisas absurdas para o Brasil que eu procurava. No final entendi, que tudo isso era questões de pessoas que não tinham escola (ENTREVISTADO 7).

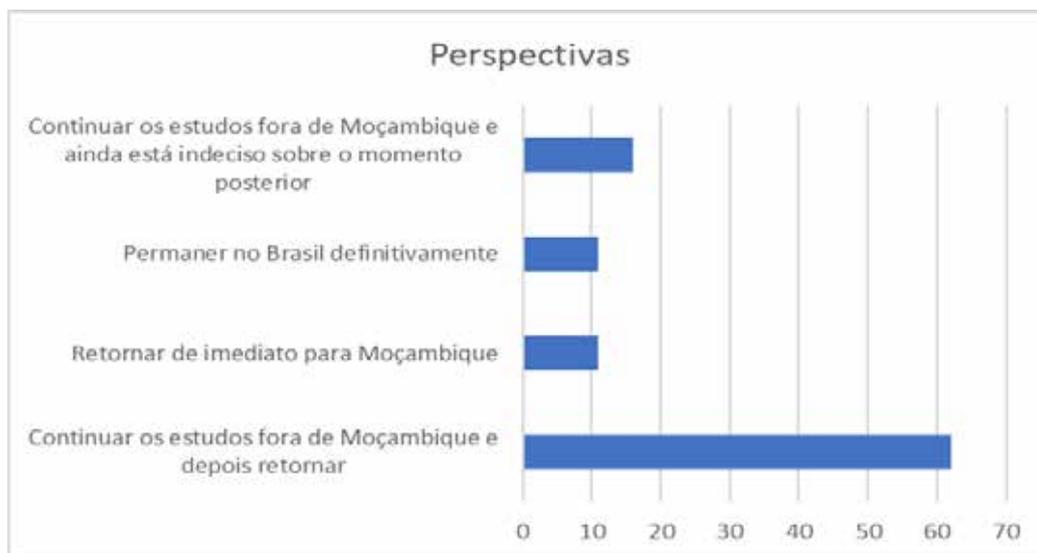
A mobilidade em si mesma foi possível devido à segurança protetora, que garantiu uma bolsa de estudos pela proximidade cultural, fortemente ancorada no compartilhamento da língua portuguesa. A mobilidade possibilitou também uma oportunidade social e a liberdade política, ao acessarem o direito à educação, que lhes proporciona avanços em relação à qualidade de vida. O preconceito, no entanto, informa sobre um elemento relativo à garantia de transparência, que se refere à liberdade de comunicação, à clareza, à confiança, que no caso das relações interpessoais foi maculada pela discriminação e pelo preconceito, vivenciado pela maioria dos entrevistados. Nesse sentido, a Abordagem das Capacitações possibilita ampliar sua perspectiva, não apenas da relação do Estado com os cidadãos e às inversões que já mencionamos (do cidadão proporcionando oportunidades de capacitação ao Estado), incluindo seu uso na análise que inclui a relação entre as pessoas, quando muitas vezes uns ferem as possibilidades do outro ter liberdades e oportunidade de viver situações de bem-estar. Em muitos momentos da mobilidade os entrevistados afirmaram terem sentido medo de se expressar e sofrer repressões ou serem prejudicados, devido ao desconhecimento dos códigos do outro.

Da necessidade de acolhimento surgiu a Associação dos Estudantes Moçambicanos na Unilab (Aemoz), uma forma de apoio institucional da Unilab baseada em redes de apoio. Apesar das dificuldades e das situações de discriminações que causaram frustração e tristeza, que passam a constituir a memória afetiva dos entrevistados em relação ao Brasil, eles relacionam a mobilidade também a experiências satisfatórias.

Como a pesquisa não foi feita com egressos, não é possível inferir sobre o impacto da mobilidade estudantil na vida dos moçambicanos, até porque a universidade também não faz um acompanhamento dos egressos. A maioria dos entrevistados, no entanto, aponta a vontade de permanecer em mobilidade ainda algum tempo para cursar um Mestrado e Doutorado e só depois retornar ou avaliar a melhor opção. Este grupo é formado por 62% dos entrevistados, que pretendem fazer uma Pós-Graduação *stricto sensu* fora de Moçambique (a maioria no Brasil) e, após a conclusão, desejam voltar para seu país de origem para ajudar no desenvolvimento local, reafirmando a ideia do projeto coletivo que motivou a vinda ao Brasil. Outros

16% pretendem prosseguir os estudos no Brasil ou na Europa, porém ainda não decidiram sobre o que farão depois da conclusão da Pós-Graduação. Um terceiro grupo, composto por 11% dos entrevistados, quer voltar de imediato para Moçambique para levar os conhecimentos adquiridos. Os demais 11% dos entrevistados querem permanecer no Brasil de forma definitiva.

Gráfico 1 – Perspectivas futuras dos estudantes moçambicanos



Fonte: As autoras (2020).

A maioria dos entrevistados, portanto, pretende voltar para seu país de origem, devido ao compromisso que assumiram para si com o desenvolvimento nacional. Aqueles que pretendem ficar é porque tiveram uma maior inserção cultural no Brasil, onde criaram laços de afeto, acadêmicos e profissionais, que os levam a querer permanecer.

Enfim, além de proporcionar conhecimentos acadêmicos, a mobilidade estudantil possui potencial para contribuir no processo político e, conseqüentemente, no desenvolvimento do país de origem, ao fazer os estudantes internacionais despertarem sobre possibilidades de desenvolvimento humano, por meio da liberdade e das oportunidades. A história da independência de Moçambique já evidenciou o poder de influência da mobilidade estudantil nos países de origem dos estudantes, quando os principais envolvidos no movimento eram da primeira geração de imigrantes estudantis do país. Assim, é possível que esta nova fase também ofereça relevantes contribuições ao desenvolvimento moçambicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta das liberdades instrumentais de Amartya Sen possibilitou evidenciar sua pertinência não apenas para a relação do Estado com a pessoa, mas também da pessoa com o Estado e das pessoas entre si. Liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora são elementos que permeiam as relações pessoais e institucionais, interferindo no desenvolvimento nacional e humano. Neste sentido, a mobilidade estudantil mostrou ser uma instância dinamizadora de oportunidades e liberdades para pensar outras óticas da Abordagem das Capacitações.

Em relação à liberdade política, os estudantes moçambicanos perceberam que não era exercida tão plenamente em Moçambique quanto no Brasil, ou seja, depararam-se com algum nível de privação dessa liberdade e pretendem garantir a efetivação deste direito.

Os moçambicanos puderam aprimorar seus conhecimentos acadêmicos devido às facilidades econômicas, decorrentes da ajuda de seus familiares e de auxílios acadêmicos da Unilab. Após a mobilidade estudantil, possivelmente, terão acesso a mais facilidades econômicas em consequência das oportunidades profissionais que o curso de nível superior, ou quem sabe a Pós-Graduação, irá proporcionar.

A mobilidade acadêmica proporciona oportunidades sociais aos estudantes envolvidos nesse processo. Embora muitos dos entrevistados, por diversos motivos, fossem privados da oportunidade de ter acesso à formação que acessam no Brasil em seu país de origem, usufruíram desse direito por meio da mobilidade proporcionada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada para formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente as nações africanas. De acordo com Gonçalves (2018), embora desde 1975 tenha havido tentativas do governo moçambicano de expandir o acesso ao Ensino Superior, criando algumas universidades, as ações promovidas têm sido insuficientes, ocorrendo na realidade uma estagnação da expansão da Educação Superior pública. O autor informa, ainda, que também têm acontecido casos de privatização de algumas universidades públicas existentes mantendo a elitização do acesso à educação superior, dilatando as desigualdades sociais do país. Assim, muitos moçambicanos passaram a migrar para outros países para ter acesso ao Ensino Superior.

Quanto às garantias de transparência, a mobilidade fez os estudantes vivenciarem o medo de se expressar livremente, a discriminação e o preconceito, o que os fez se apoiarem na Associação dos Estudantes Moçambicanos na Unilab (Aemoz).

Em relação à segurança protetora, os moçambicanos encontram na Unilab auxílio acadêmico e possibilidade de acesso ao Ensino Superior e na Aemoz reconhecimento e proteção dos direitos, portanto o acolhimento necessário para ficar no Brasil e fazer um curso de Graduação.

A mobilidade estudantil possibilita o acesso a oportunidades com a remoção de privações, o que, para Amartya Sen, reflete-se em liberdade de escolha. Os entrevistados, ao optarem pela mobilidade, acessaram uma liberdade de escolha que possibilitou outras liberdades e oportunidades, em um movimento recursivo virtuoso que se reflete não apenas na sua esfera pessoal, como também no desenvolvimento das suas regiões e país de origem. A mobilidade abre perspectivas de crescimento econômico, social, cultural e político para os estudantes moçambicanos.

Por fim, conclui-se que a temática da mobilidade contemporânea apresenta uma complexidade e uma heterogeneidade que podem ser aprofundadas por diversas áreas de estudo, por se refletir em transformações pessoais e coletivas, que impactam as vidas nos territórios de origem e de chegada.

REFERÊNCIAS

- BASSANI, A. F. *A migração estudantil em Irati-PR: um espaço marcado por distintos movimentos migratórios ao longo do tempo*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2014.
- BRASIL. *Resolução Normativa nº 124/2016*. Conselho Nacional de Migração. 2016. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=179&data=22/12/2016>. Acesso em: jan. 2020.
- CÓ, J. P. P. *Filhos da independência: etnografando os estudantes Bissau-guineenses do PEC-G em Fortaleza-CE e Natal-RN*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- DIÁRIO DO NORDESTE. *África e identidade negra no CE*. 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/africa-e-identidade-negra-no-ce-1.1004474>. Acesso em: abr. 2020.
- DIÁRIO DO NORDESTE. *Educação que Liberta*. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/educacao-que-liberta-1.1006990>. Acesso em: abr. 2020.
- FONSECA, D. J. De Migração em Migração se constroem Impérios, Reinos e Cidades: o africano no contexto da Globalização. In: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho*. 1. ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2015.
- FORTIER, Anne-Marie. Migration studies. In: ADEY, Peter; BISSELL, David; HANNAM, Kevin; MERRIMAN, Peter; SHELLER, Mimi (ed.). *The Routledge handbook of mobilities*. London: Routledge, 2013. p. 64-73.
- GONÇALVES, A. C. P. O direito à educação e políticas de expansão do Ensino Superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008). *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v. 23, n. 1, p. 37-57, abr. 2018.
- HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *Rev. Bras. Estud. Popul.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, dez. 2005.
- LANGA, E. N. B. Diáspora africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivo-sexuais de estudantes africano(a)s em Fortaleza. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 2, 2014.
- LANGA, E. N. B. Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias e as interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe no contexto da migração estudantil internacional. In: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho*. 1. ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2015.
- LANGA, E. N. B. *Diáspora africana no Ceará no Século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza, 2016.
- MARCHETTO, A. *Los flujos migratorios en el mundo. Consecuencias y expectativas*. CONGRESO NACIONAL SOBRE LA PASTORAL DE LA MOVILIDAD HUMANA, 2003. Veracruz, México, 2003.
- MORAES R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos”. In: GALIAZZI, M. C.; VICENTE, J. (org.). *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- MORIN, E. *Antropologia da liberdade*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. (Tradução de Anthropologie de la Liberté, Grasse Entre Systémique et Complexité, Chemin Faisant Mécanges [cf.] en l’Honneur du Professor Jean-Louis Le Moigne).
- OLIVEIRA, R. de S. da C. *Intolerância religiosa na escola: uma reflexão sobre estratégias de resistência à discriminação religiosa a partir de relatos de memória de adeptos de Umbanda*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.
- PATRÍCIO, G.; PEIXOTO, J. Migração forçada na África Subsaariana: alguns subsídios sobre os refugiados em Moçambique. *REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 54, p. 11-30, dez. 2018.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento humano e IDH. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>. Acesso em: dez. 2020.
- SALAZAR, N. Teorizando a mobilidade: conceitos e figuras. *Tempo Social*, v. 30, n. 2, p. 153-168, 28 jul. 2018.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Tradução e apresentação Ricardo Doninelli Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, A. G. D da. Diáspora africana no Ceará: um estudo sobre a trajetória de estudantes africanos nas Universidades do Ceará. *Revista Unifev: Ciência & Tecnologia*, v. 3, 2017.

SUBUHANA, C. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais”. *Imaginário*, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, jun. 2007.

SUBUHANA, C. O estudante convênio: a experiência sócio-cultural de universitários da África lusófona em São Paulo, Brasil. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. *Anais [...]*. 2008.

SUBUHANA, C. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Pro-Posições [on-line]*. v. 20, n. 1, p. 103-126, 2009.

UNILAB. *UNILAB em números*. UNILAB, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com> Acesso em: 12 mar. 2020

VARGEM, A. A.; MALOMALO, B. A imigração africana contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. In: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho*. 1. ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2015.

VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 20, n. 3, jul./set. 2006.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro. Garamond, 2008.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0